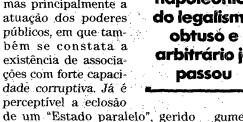
Inconstitucionalidade da "lei" Lucena

bem provável que o mundo ocidental, desde a criação do Estado de Direito, nunca tenha passado por uma "crise_de_legalidade". mais intensa que a atual. É um fenômeno que envolve toda a so-

ciedade moderna, cha-A fase mada pós-industrial. napoleônica mas principalmente a do legalismo obtusó e arbitrário já passou



por segmentos de partidos políticos, do Executivo, dos lobbies, com o imprescindível apoio de alguns juristas è até mesmo de membros do Judiciário (caso INSS, por exemplo). Praticam a "extralegalidade" e tudo fazem, "solidariamente", para assegurar a impunidade. Seguem códigos éticos e comportamentais próprios, forjados à margem da legalidade geral e, evidentemente, dos valores constitucio-

nais essenciais para a construção

de uma Nação próspera e justa, adequada às "regras do jogo" democrático.

Essa crise de legalidade manifesta-se, ora na falta de lei, ora em sua não aplicação e, agora, le dernier cri é a adoção ilegitima de engenhosos artificios

(lei de anistia) desti-

nados a tornar inope-

rante a decisão judi-

cial que retirou do se-

nador Lucena a possi-

bilidade de exercer

mais um mandato político. Não o favorece, é bom que se diga o argumento de que está servindo de "bode expiatório". Ninguém pode

ignorar, principalmente depois das irrefutadas conclusões da teoria interacionista do labelling approach. que toda intervenção punitiva do Estado é seletiva: no mundo inteiro e em todas as épocas somente uns poucos é que são condenados. Isso não é justo, mas é assim! De cada mil furtos, nem dez são punidos. Mas, apesar de poucas, as condenações exercem a função de solidifi-

cação social em torno de alguns va-

lores (Durkheim).

De outro lado, por tradição e índole, a anistia sempre foi reservada a crimes políticos e conexos (ver o artigo 8º das Disposições Transitórias da atual Constituição). Destina-se à reconciliação em caso de desinteligências políticas profundas e visa colocar o "silêncio perpétuo" sobre alguns "fatos", não sobre "pessoas".

Os efeitos de uma eventual "lei"

de anistia, fundada em razões

"pragmáticas" (típicas do homem

"cool"), serão nefastos e profundamente graves: incrementará a crise de legalidade, a deslegitimação do Direito Penal, pode gerar uma crise entre os poderes e, certamente, provocará o mais profundo descrédito no presidente da República, que a sancionaria.

Acima de tudo, o que deve orientar o homem público moderno é a "razão jurídica", não as razões de Estado, muito menos as razões de "Estados paralelos". Nossa Constituição, nos seus primeiros artigos, estabeleceu um conjunto de valores vinculantes (obrigatórios) para todos os poderes. Cuida-se, conforme reconheceu pela primeira vez o Tribunal Constitucional alemão, de uma "ordem objetiva de valores" de eficácia imediata e contra todos (Drittwerkung). Um desses valores supremos é a igualdade perante a lei. Qualquer iniciativa legislativa que venha violar o referido valor. sem justificativa razoável, pode (e deve) ser recusada pelo Judiciário,

por ser inconstitucional.

A fase napoleônica do legalismo obtuso e arbitrário já passou. O mundo de hoje é outro: no lugar de confiarem cegamente no clássico dogma (iusnaturalista) da "Justica abstrata da lei", os juízes estão se conscientizando cada vez mais da imperiosa necessidade de sempre verificar sua "compatibilidade vertical" com a Constituição. Vigência de uma lei é uma coisa validez é outra, e bem distinta.

É pelo grau de respeito à digfildade da pessoa humana e aos demais valores constitucionais que se mede o nível da democracia de um povo. O Brasil, lamentavelmente, ainda não ocupa os primeiros lugares. Mas, se deseja um dia atingir tal patamar, precisa começar jádizendo não à "lei" Lucena.

■ Luiz Flávio Gomes, juiz de Direito em São Panlo, mestre em Direito Penal pela USP, é autor do livro A Questão do Controle Externo do Poder Judiciário